disponibilização de senhas às Unidades Jurisdicionadas, bem como, em seus Artigos 5º, 10 e 11, a necessidade de Ato formal de designação, delegando responsabilidades a Servidores para que os mesmos possam exercer atribuições no referido Sistema.

RESOLVE:

I - Designar os Servidores a seguir relacionados para exercer atribuições no Sistema eJurisdicionados do TCE:

Nome	CPF	Cargo	Vínculo Funcional	Perfil	UG
João Carlos Leão Ramos	410.168.152-04	Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca	Comissionado	Administrador	140101
Luis Paulo Fonseca Corrêa	578.096.742-34	Contador	Temporário	Administrador	140101
Leticia Rolim Abraão	015.402.512-76	Coordenador de Controle Interno	Comissionado	Comum	140101

II - O Artigo 5º faz distinção entre Usuários: - Usuário Administrador: perfil natural do Dirigente Máximo sem restrições de consulta/utilização do sistema e/ou: • Usuário Comum. conforme acessos autorizados pelo administrador, Sugere-se. no mínimo: - designar 1 perfil Administrador para delegar as atribuições e alavancar iniciativas que regem a temática: • designar 1 perfil Comum para viabilizar consultas à(a/os) (UCI/APC). Alavancando atividades de Assessoramento Superior e verificações pertinentes ao processo.

III - Fica delegada a função de alimentar/gerir as informações do Sistema e-Jurisdicionados do TCE aos Servidores eventualmente designados, conforme atividades que serão coordenados pelo Gestor Máximo e/ ou Servidores delegados, se for o caso, pelo Servidor com perfil Administrador, coordenador geral das atividades a serem realizadas e controle de sua evolução/registo/encaminhamento do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão ao TCE.

IV - Os referidos Servidores poderão solicitar o devido apoio e/ou orientar aos demais Servidores/Unidades organizacionais do quadro institucional, visando atendimento das demandas constantes no Sistema e Jurisdicionados, conforme atribuições do Cargo/Função/Unidade Organizacional frente às necessidades de informação, independentemente de acesso/perfil comum, envidando todos os esforços para o tempestivo atendimento, sempre mantendo o Gestor Máximo informado sobre o transcorrer/evolução do tema e nível de cadastramento, até o seu envio definitivo.

V - Todos devem exercer suas atribuições com observância dos valores institucionais e atribuições/competências estabelecidas, observando-se, tempestivamente, aos preceitos legais e constitucionais, em especial aos procedimentos estabelecidos nas Resoluções TCE já mencionadas e demais exigências normativas aplicáveis.

VI - As atividades serão desenvolvidas de forma articulada pelas Unidades Organizacionais competentes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca em especial as responsáveis pelas áreas financeira, jurídica, contratos, convênios e/ou termos de colaboração/fomento, termo de parceria, contrato de gestão, patrimonial, Controle Interno Setorial, dentre outras, para o devido auxílio operacional, técnico, assessoramento superior, celeridade e integridade do processo de Prestação de Contas de Gestão Anual desta SEDAP.

VII - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNI CORRÊA QUEIROZ

Secretário de Estado de Desenvolvimento

Agropecuário e da Pesca

Protocolo: 1052011

TERMO ADITIVO A CONTRATO

11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2020 - SEDAP

OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 116/2022, POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS A PARTIR DE 19 DE MARÇO DE 2024 ATÉ 16 DE JULHO DE 2024.

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2024.

CONTRATADO: M. PAMPLONA CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, CNPJ Nº 19.578.735/0001-25.

JUSTIFICATIVA: PARA ATENDER INTERESSE PÚBLICO.

ENDEREÇO: AVENIDA SENADOR LEMOS, Nº 2343, SALA 8, BAIRRO DO TELEGRAFO, NA CIDADE DE BELÉM-PA, CEP 66.113-000.

ORDENADOR: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 1051946

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2022 - SEDAP

OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 16/03/2024 ATÉ 15/09/2024.

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2024.

CONTRATADO: NACIONAL CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, CNPJ Nº 02.934.270/0001-03.

JUSTIFICATIVA: PARA ATENDER INTERESSE PÚBLICO.

ENDEREÇO: TRAVESSA ANGUSTURA, Nº 822, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.120-230, BELÉM/PA

ORDENADOR: GIOVANNI CORREA QUEIROZ.

Protocolo: 1051942

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA 097/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992; Orientação Normativa 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019. O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E DA

PESCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: CONCEDER: 4½ (quatro e meia) DIÁRIA A/O BENEFICIÁRIO: Ediano de Souza Sandes CARGO: Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura MATRÍCULA: 5893617 ORIGEM: Belém/PA DESTINO: São Paulo/SP PERÍODO: 20 a 24/03/2024 OBJETIVO: Participar na Feira PESCA TRADE SHOW 2024 . ORDENADOR: Márcio Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

PORTARIA DE DIÁRIA 098/2024

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992; Orientação Normativa 001/AGE - PORTARIA Nº 278/2019. O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E DA PESCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: CONCEDER: 4½ (quatro e meia) DIÁRIA A/O BENEFICIÁRIO: Thiago Neves Cruz CARGO: Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura MATRÍCULA: 57216522 ORIGEM: Belém/PA DESTINO: São Paulo/SP PERÍODO: 20 a 24/03/2024 OBJETIVO: Participar na Feira PESCA TRADE SHOW 2024 . ORDENADOR: Márcio Trindade /Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 1052023

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 215, DE 15 DE MARÇO DE 2024.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas "g" e "k" da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975, e

CONSIDERANDO que o Decreto - Lei n. 2.375, de 24 de novembro de 1987, atribui expressamente aos Estados-membros a faculdade de promover a arrecadação de terras públicas devolutas de seu domínio, observando, no que couberem, as disposições do art. 28 da Lei n. 6.383, de 07 de dezembro de 1976;

CONSIDERANDO que o Instituto de Terras do Pará - ITERPA é o Órgão executor da política fundiária do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, a teor do art. 2º da Lei n. 4.584/75, cabendo-lhe, assim, dentre outras atribuições, a de extremar o patrimônio público do particular;

CONSIDERANDO que a Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário - DEAF, do ITERPA, em conformidade com os dados e mapas cadastrais do Instituto, constataram o domínio do Estado do Pará sobre Terras Devolutas localizadas no Município de Baião, abrangendo uma área de 15,3881 ha;

CONSIDERANDO por último, tudo o que consta do Processo Administrativo autuado no ITERPA sob o nº 2024/218908.

RESOLVE:

I - ARRECADAR, a área de Terras Devolutas, incorporando-a ao Patrimônio do Estado do Pará, incluídas na poligonal com 15,3881 ha (Quinze hectares, trinta e oito ares e oitenta e um centiares), inserida no Município de Baião denominada GLEBA MENDES, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA, nos seguintes termos: Partindo do marco D3D-M-8129, de coordenada N = 9.673.941,04m e E = 652.483,65m; deste, segue pela Faixa de Domínio pela Margem Direita (sentido Sudeste) da Estrada da CLC, com a seguinte distância 204,39 m e azimute plano 164º52'31" até o marco D3D -M-8128, de coordenada N = 9.673.743,73m e E = 652.536,98m; deste, segue confrontando com o Limite da Comunidade Quilombola da Vila Cardoso, com a seguinte distância 786,38 m e azimute plano 251º05'25" até o marco D3D-M-8130, de coordenada N = 9.673.488,88m e E = 651.793,04m; 183,10 m e azimute plano 339º35'15" até o marco D3D -M-8131, de coordenada N = 9.673.660,48m e E = 651.729,18m; 804,95 m e azimute plano 69º36'06" m até o marco D3D-M-8129, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51º00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

II - RESSALVAR que da poligonal acima descrita ficam resguardadas e deverão ser excluídas, através de Averbação na Matrícula, as áreas anteriormente já Matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis, que incidirem na área objeto da Arrecadação.

III - DETERMINAR à Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Agrário e Fundiário-DEAF a adoção das medidas subsequentes com vistas à Matrícula da área em nome do Estado do Pará, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Baião.

Bruno Yoheiji Kono Ramos
Presidente

Protocolo: 1051959

PORTARIA Nº 216, DE 15 DE MARÇO DE 2024.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas "g" e "k" da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975, e

CONSIDERANDO que o Decreto - Lei n. 2.375, de 24 de novembro de 1987, atribui expressamente aos Estados-membros a faculdade de promover a arrecadação de terras públicas devolutas de seu domínio, observando, no que couberem, as disposições do art. 28 da Lei n. 6.383, de 07 de dezembro de 1976;